

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO: O ADVENTO DOS PRINCÍPIOS E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA JURÍDICA

<b>Fábio Konder Comparato</b> .....	15
-------------------------------------	----

## PARTE I

### TEORIA DOS PRINCÍPIOS

#### CAPÍTULO 1

#### PRINCÍPIOS: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E DISTINÇÕES NECESSÁRIAS .... 23

1.1	Princípio (em geral) .....	23
1.2	Princípio jurídico (ou Princípio do Direito) .....	24
1.3	Princípios Gerais do Direito .....	27
1.4	Normatividade dos princípios .....	30
1.5	Distinções conceituais .....	36
1.5.1	Distinção entre princípios e regras .....	37
1.5.2	Distinção entre princípios e valores .....	43
1.5.3	Distinção entre princípios e postulados .....	53
1.5.4	Distinção entre princípios e critérios .....	59
1.5.5	Outras distinções importantes .....	61
1.5.5.1	Axiomas .....	61
1.5.5.2	Brocardos jurídicos (aforismos - máximas - adágios) .....	62
1.5.5.3	<i>Topoi</i> .....	63
1.5.5.4	Teorias e doutrinas .....	66
1.5.5.5	<i>Standards</i> .....	69
1.5.5.6	Diretrizes .....	71
1.5.6	Os preceitos fundamentais .....	73

#### CAPÍTULO 2

#### TEORIA DOS PRINCÍPIOS ..... 77 |

2.1	Identificação e classificação principiológica .....	77
2.2	Hermenêutica principiológica .....	86
2.3	A unificação dos Princípios Gerais de Direito em torno dos Princípios Constitucionais, como proposta da nova Teoria dos Princípios: uma crítica .....	90
2.4	Estrutura dos Princípios Jurídicos .....	96
2.5	Funções dos Princípios Jurídicos .....	97
2.5.1	Função fundamentadora ou informativa .....	97
2.5.2	Função interpretativa .....	98
2.5.3	Função supletiva ou subsidiária .....	99
2.6	Princípios explícitos e implícitos no ordenamento .....	100
2.7	Hierarquia (normativa e axiológica) .....	104
2.7.1	Hierarquia entre princípios .....	104
2.7.2	Hierarquia entre princípios e regras .....	108
2.7.3	A hierarquia e as normas decorrentes de emendas e revisões constitucionais ...	110
2.8	O problema das antinomias .....	110

2.9	Soluções de conflitos ou tensões normativos .....	116
a)	Confronto entre princípio constitucional e princípio infraconstitucional.....	118
b)	Confronto entre princípios constitucionais .....	118
c)	Confronto entre regras constitucionais.....	119
d)	Confronto entre princípio constitucional e regra constitucional.....	119
e)	Confronto entre princípios infraconstitucionais .....	119
f)	Confronto entre regras infraconstitucionais.....	120
g)	Confronto entre regra infraconstitucional e regra constitucional .....	120
2.9.1	A ponderação, a concordância prática ou harmonização.....	120
2.9.2	A modulação de efeitos como regra de solução de conflito normativo .....	122
2.10	A autonomia dos Princípios Jurídicos.....	124

### CAPÍTULO 3

POSTULADOS OU PRINCÍPIOS HERMENÊUTICOS .....		129
3.1	Postulado da supremacia da Constituição .....	130
3.1.1	Princípio (postulado) da interpretação conforme a Constituição .....	130
3.1.2	Princípio da inconstitucionalidade/nulidade parcial sem redução de texto.....	131
3.1.3	Postulado da presunção de constitucionalidade de leis e atos do Poder Público .....	132
3.1.4	Princípio (postulado) da força normativa da Constituição.....	132
3.2	Postulado da unidade normativa.....	133
3.2.1	Postulado da integridade (ou princípio do efeito integrador) .....	134
3.2.2	Princípio da justeza ou conformidade funcional.....	134
3.2.3	Postulado da completude .....	134
3.3	Postulado da máxima efetividade .....	134
3.3.1	Postulado da finalidade.....	135
3.4	Postulado da Concordância Prática ou Harmonização .....	135
3.4.1	Postulado da coerência (ou princípio da não contradição).....	137
3.5	Postulado da ponderação (ou otimização; ou balanceamento) .....	137
3.6	Postulados da proporcionalidade e razoabilidade.....	141
3.6.1	Razoabilidade .....	142
3.6.2	Proporcionalidade.....	144
3.6.2.1	A dupla face da proporcionalidade: proibição de excesso e proibição de proteção deficiente .....	148
3.6.3	A distinção entre razoabilidade e proporcionalidade.....	150
3.6.4	Os postulados da razoabilidade e proporcionalidade em confronto com o princípio da separação dos poderes e o receio de instauração de um Estado judicial.....	153
3.7	Postulado da igualdade.....	155
3.8	Outros postulados.....	156
3.8.1	Postulado da especialidade.....	156
3.8.2	Postulado do não retrocesso social .....	157
3.8.3	Postulado da reserva do possível.....	158
3.8.4	Postulado da reflexão .....	160

### CAPÍTULO 4

OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO .....		163
4.1	Noções e origens.....	163
4.2	Identidade entre os Princípios Gerais do Direito e os grandes valores éticos ....	170
4.3	Tipologia dos Princípios Gerais do Direito .....	171
4.3.1	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	172
4.3.2	Princípio da Justiça .....	180

4.3.3	Princípio da liberdade .....	193
4.3.3.1	Liberdades sociais (ou civis): liberdades políticas e liberdades individuais .....	200
4.3.4	Princípio da igualdade .....	203
4.3.5	Princípio da verdade.....	212
4.3.6	Princípio da boa-fé.....	219
4.3.7	Princípio da solidariedade.....	227
4.3.8	Princípio da segurança .....	234

## PARTE II

### PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS

#### CAPÍTULO 5

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES.....		247
5.1	Notas gerais: Teoria da Constituição.....	247
5.2	Conceito de Princípio Constitucional.....	254
5.3	Classificação dos Princípios Constitucionais .....	262
5.3.1	A proposta classificatória de José Afonso da Silva.....	263
5.3.2	A proposta classificatória de Jorge Miranda .....	263
5.3.3	A proposta classificatória de Luís Roberto Barroso .....	264
5.3.4	A proposta classificatória de José Joaquim Gomes Canotilho .....	266
5.4	O preâmbulo da Constituição .....	267
5.5	Tipologia dos Princípios Constitucionais .....	270

#### CAPÍTULO 6

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS POLÍTICO-ESTRUTURANTES OU ORGANIZACIONAIS .....		273
6.1	Princípio Republicano .....	273
6.2	Princípio Federativo.....	278
6.3	Princípio da Soberania.....	285
6.4	Princípio da Separação dos Poderes.....	306
6.5	Princípio da Democracia .....	316
6.5.1	O sistema representativo.....	322
6.5.2	O critério majoritário .....	326
6.5.3	A Democracia como valor .....	330
6.5.4	O que é (e o que <i>não é</i> ) Democracia.....	332
6.6	Princípio Presidencialista.....	336
6.7	Princípio do Estado de Direito .....	340
6.7.1	O Estado de Polícia .....	341
6.7.2	O Estado sob o império do Direito .....	344
6.7.2.1	O Estado moderno como Estado <i>do</i> Direito .....	345
6.7.2.2	Estado Liberal de Direito .....	346
6.7.2.3	Estado Social de Direito ( <i>Welfare State</i> ) .....	346
6.7.2.4	Estado Democrático de Direito .....	348
6.7.2.5	Estado Constitucional de Direito .....	348
6.7.2.6	Estado Global de Direito .....	349
6.7.3	Os fundamentos de um Estado de Direito .....	349
6.8	Princípio da Cidadania.....	351
6.8.1	As cinco dimensões da cidadania .....	354
6.8.2	A cidadania universal.....	355
6.8.3	As acepções da cidadania: um conceito de totalidade.....	356
6.9	Princípio da Livre-Iniciativa .....	358

6.10	Princípio do Valor Social do Trabalho.....	363
6.11	Princípio do Pluralismo.....	366

## CAPÍTULO 7

### PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS REFERENTES ÀS RELAÇÕES

INTERNACIONAIS.....	375
7.1	Princípio da Independência Nacional..... 376
7.2	Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos..... 378
7.3	Princípio da autodeterminação dos povos..... 380
7.4	Princípio da Não Intervenção..... 383
7.5	Princípio da Igualdade dos Estados..... 386
7.6	Princípio da Defesa da Paz ..... 388
7.7	Princípio da Solução Pacífica dos Conflitos ..... 392
7.8	Princípio do Repúdio ao Terrorismo..... 392
7.9	Princípio do Repúdio ao Racismo ..... 395
7.10	Princípio da Cooperação entre os Povos..... 400
7.11	Princípio da Concessão de Asilo Político..... 401

## CAPÍTULO 8

### PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS GERAIS.....

8.1	Princípio da Dignidade Humana.....	406
8.2	Princípio da Legalidade.....	407
8.3	Princípio da Liberdade.....	410
8.4	Princípio da Publicidade.....	412
8.4.1	Distinção entre Publicidade e Publicação.....	413
8.4.2	Distinção entre Publicidade e Propaganda.....	413
8.4.3	A relação dialética entre Privacidade e Publicidade.....	414
8.5	Princípio da Segurança Jurídica.....	415
8.6	Princípio da Isonomia.....	417
8.7	Princípio da Universalidade da Jurisdição.....	420
8.8	Princípio do Devido Processo Legal.....	421
8.8.1	Princípios vinculados ao Devido Processo Legal.....	427
8.8.1.1	Princípio do Juiz Natural.....	429
8.8.1.2	Princípio da Presunção de Inocência.....	430
8.8.1.3	Princípio da Ampla Defesa.....	435
8.8.1.4	Princípio do Contraditório.....	437
8.8.1.5	Princípio da Lícitude das Provas.....	438
8.8.1.6	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	447
8.8.1.7	Princípio da Irretroatividade das Leis.....	450
8.8.1.8	Princípio da Celeridade Processual.....	452
8.8.1.9	Princípio da Motivação das Decisões.....	455
8.9	Princípio (da Supremacia) do Interesse Público.....	457
8.9.1	A dicotomia público/privado.....	458
8.9.2	O conceito de interesse.....	460
8.9.3	Os conceitos de interesse público e interesse privado.....	462
8.9.3.1	Interesse público.....	462
8.9.3.2	Interesse privado.....	466
8.9.4	O núcleo comum.....	468
8.9.5	Reconceitualização da fórmula “prevalência do interesse público”.....	470
8.9.6	A inserção em uma categoria normativa: critério jurídico.....	472

## CAPÍTULO 9

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SETORIAIS OU PERIFÉRICOS.....	475
9.1 Princípios Constitucionais Especiais de Direito Administrativo .....	475
9.1.1 Princípio da Legalidade Administrativa.....	476
9.1.2 Princípio da Impessoalidade .....	478
9.1.3 Princípio da Moralidade Administrativa.....	479
9.1.4 Princípio da Publicidade Administrativa .....	481
9.1.5 Princípio da Eficiência .....	482
9.1.6 Outras categorias mencionadas pela doutrina como princípios constitucionais setoriais do Direito Administrativo .....	483
9.1.6.1 Princípio da Finalidade .....	484
9.1.6.2 Princípio da Motivação dos Atos Administrativos .....	484
9.1.6.3 Princípio do Concurso Público.....	485
9.1.6.4 Princípio da Prestação de Contas .....	485
9.1.6.5 Princípio da Economicidade.....	488
9.1.6.6 Princípio da Licitação Pública .....	488
9.1.6.7 Princípio da Participação .....	490
9.1.6.8 Princípio da Autonomia Gerencial.....	490
9.1.6.9 A Prescritibilidade dos Ilícitos Administrativos e a Responsabilidade da Administração Pública .....	491
9.2 Princípios Constitucionais Especiais da Ordem Tributária e Financeira .....	492
9.2.1 Princípio da Reserva Legal ou Reserva de Lei .....	493
9.2.2 Princípio da Isonomia Tributária .....	495
9.2.2.1 A Capacidade Contributiva (Critério).....	495
9.2.2.2 A uniformidade tributária (Regra) .....	496
9.2.2.3 A generalidade tributária (Critério).....	497
9.2.2.4 A progressividade tributária (Critério).....	497
9.2.3 Princípio da Vedação ao Confisco.....	498
9.2.4 Princípio da Não-Surpresa Tributária.....	500
9.2.4.1 Anterioridade Tributária .....	501
9.2.4.1.1 A Anterioridade Nonagesimal .....	502
9.2.4.2 Irretroatividade Tributária.....	502
9.2.4.3 Anualidade Tributária .....	503
9.2.5 O “Princípio” da Liberdade de Tráfego .....	504
9.2.6 O “Princípio” da Imunidade .....	504
9.3 Princípios Constitucionais Especiais de Direito Ambiental.....	505
9.3.1 Princípio do Desenvolvimento Sustentável .....	507
9.3.2 Princípio da Prevenção.....	508
9.3.2.1 O “Princípio” da Precaução.....	509
9.3.3 Princípio da Responsabilidade Ambiental .....	511
9.3.3.1 O Princípio do Usuário-Pagador.....	513
9.3.3.2 O Princípio do Poluidor-Pagador .....	513
9.3.4 Princípio da Participação .....	515
9.3.4.1 O “Princípio” da Informação.....	517
9.3.4.2 O “Princípio” da Educação Ambiental .....	518
9.3.4.3 O “Princípio” da Cooperação.....	519
9.3.4.3.1 Cooperação Estado/Cidadãos .....	520
9.3.4.3.2 Cooperação entre os entes federados .....	521
9.3.4.3.3 Cooperação entre os povos .....	521
9.4 Princípios Constitucionais Especiais de Direito Eleitoral e Partidário.....	522
9.4.1 Princípio da Legitimidade .....	523
9.4.2 Princípio da Anualidade ou Anterioridade Eleitoral.....	524

9.4.3	Princípio da Liberdade Partidária .....	525
9.4.4	Princípio da Autonomia Partidária .....	526
9.4.5	Princípio da Fidelidade Partidária.....	527
9.4.6	Princípio da Universalidade do Sufrágio .....	529
9.5	Princípios Constitucionais Especiais de Direito Penal ou Criminal .....	530
9.5.1	Princípio da Reserva Legal .....	532
9.5.1.1	Princípio da Anterioridade.....	534
9.5.1.1.1	Princípio da Irretroatividade da Regra Penal .....	534
9.5.1.1.2	Princípio da aplicação da lei mais favorável.....	534
9.5.1.2	Princípio da Taxatividade .....	534
9.5.2	Princípio da Intervenção Mínima .....	535
9.5.2.1	Princípio da Ofensividade ou Lesividade .....	536
9.5.2.2	Princípio da Insignificância ou Bagatela.....	537
9.5.3	Princípio da Humanidade .....	538
9.5.3.1	Princípio da Culpabilidade.....	539
9.5.3.2	Princípio da Responsabilidade Pessoal.....	539
9.5.3.3	Princípio da Individualização da Pena .....	540
9.6	Princípios Constitucionais Especiais de Direito Trabalhista.....	540
9.6.1	Princípio da Proteção.....	541
9.6.1.1	Postulado da norma mais favorável.....	542
9.6.1.2	Critério <i>in dubio pro operario</i> .....	544
9.6.1.3	Postulado da Condição mais Benéfica .....	545
9.6.1.4	O Critério da Primazia da Realidade .....	546
9.6.2	Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.....	547
9.6.3	Princípio da Continuidade da Relação de Emprego.....	549
9.7	Princípios Constitucionais Especiais de Direito Civil.....	550
9.7.1	Princípio da Personalidade.....	551
9.7.2	Princípio da Intangibilidade Familiar .....	552
9.7.3	Princípio da Responsabilidade Civil.....	553
9.7.4	Princípio da Propriedade Privada .....	554
9.7.5	Princípio da Autonomia Civil .....	555
9.7.5.1	Distinção entre Autonomia Negocial e Autonomia da Vontade.....	557
9.7.5.2	Princípio da Autonomia da Vontade.....	559
9.7.5.3	A Autonomia Negocial (ou Autonomia Privada).....	560
9.7.5.4	Princípio da Legitimidade da Herança.....	562
9.7.6	Princípio da Solidariedade Civil .....	562
9.7.6.1	A função social da propriedade .....	563
9.7.6.2	A função social do contrato .....	567
9.7.6.3	A função social da empresa .....	569

REFERÊNCIAS.....	571
------------------	-----

APÊNDICE – QUADROS SINÓTICOS .....	607
------------------------------------	-----

ÍNDICE DE ASSUNTO .....	613
-------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	625
------------------------	-----